

em privilégios sociais internos, que as reproduzem, o desejo de superação ficou sem efeito decisivo até segunda ordem. No plano literário talvez se possa dizer que as obras que consciente ou inconscientemente deram forma ao problema e se situaram com profundidade a respeito, suspendendo a redoma nacional e sentindo que ali estava em jogo o mundo contemporâneo, tenham sido as decisivas da cultura brasileira. Entendida com amplitude suficiente, a sondagem da experiência específica que coube aos brasileiros é também a fonte do valor de seus trabalhos. Nem poderia ser de outro modo.

Sob o signo da industrialização e de um certo fechamento da economia, já perto de nosso tempo, o desenvolvimentismo prometeu incorporar ao mundo do salário e da cidadania a população relegada, com cujo pouco preço e muita esperança contava para conquistar um lugar para o Brasil entre as nações adiantadas. Se fosse possível, teria sido uma solução. Hoje vivemos a decomposição daquele projeto, substituído por outro, em que a hipótese da integração social figura com menos força. As “peculiaridades” do novo ciclo não deixarão de aparecer, se já não estiverem aparecendo, inclusive na literatura.

FIM DE SÉCULO

No começo da década de 60 um crítico observava que no Brasil se faziam filmes que, embora tendo público numeroso e entusiasta, não eram considerados propriamente cinema pelos seus produtores e espectadores. Cinema de verdade era o que nos vinha dos Estados Unidos ou talvez da Europa, muito diferente das nossas chanchadas. Cinema era somente o que não produzíamos, e que valorizávamos de modo aliás um tanto subalterno. É o que o crítico chamava “a situação colonial do cinema brasileiro”.

Essa situação tinha prolongamentos também na reflexão, a qual com toda naturalidade tomava como objeto o cinema-arte, quer dizer, o cinema feito fora. Assim, enquanto o crítico americano ou europeu escrevia em diálogo virtual com os diretores dos filmes que comentava, o brasileiro não dispunha dessa referência importante. Na ausência dela não lhe restava senão a afirmação das mitologias e manias de um aficionado. Seu verdadeiro interlocutor eram a ignorância do público, a estupidéz da censura, o mau gosto dos distribuidores, além da simpatia do grupinho dos adeptos. Tratava-se de um bem engrenado sistema de alienações, que em palavras do próprio crítico imprimia “a marca cruel do subdesenvolvimento” em todos que se ocupassem do assunto durante algum tempo. Não era uma ironia fácil, pois quem assim se expressava vinha se ocupando de cinema em tempo integral havia muitos anos.

O autor de que falamos é Paulo Emilio Salles Gomes, e o escrito em questão foi apresentado como contribuição à Primeira Convenção Nacional de Crítica Cinematográfica, em 1960.¹ Expus alguma coisa

(1) P. E. Salles Gomes, “Uma situação colonial”, *Arte em revista*, 1, São Paulo, Kairós, 1981. Ver ainda, do mesmo autor, “A criação de uma consciência cinematográfica nacional”, *Arte em revista*, 2, São Paulo, Kairós, 1983. A publicação mencionada reúne uma boa documentação sobre o período.

de seu argumento porque resume com felicidade a situação que o nacionalismo desenvolvimentista queria superar no campo da cultura. Note-se que o divórcio entre aspiração cultural e condições locais é um traço comum, e quase se diria lógico, da vida em colônias ou ex-colônias. Nesse sentido não se tratava de nada novo ou exclusivo ao cinema. Devido a seu componente industrial, entretanto, este último levaria a reformular aquele divórcio em termos atualizados, propícios à intervenção deliberada e política.

Posto como objetivo prático, o desenvolvimento nacional reorganizava o espaço da imaginação e do pensamento crítico em torno de um eixo interno. Cheia de dificuldades, a relação entre as aspirações de modernidade e a experiência efetiva do país se tornava um tópico obrigatório, desmanchando o bovarismo endêmico e convidando a reflexão a tocar terra. No limite tratava-se de arrancar a população aos enquadramentos semicoloniais em que se encontrava, e de trazê-la, ainda que de forma precária, ao universo da cidadania, do trabalho assalariado e da atividade econômica moderna, industrial sobretudo, contrariando o destino agrário a que o imperialismo — como se dizia — nos forçava (o que aliás naqueles anos 60 deixara de ser verdade). Isso na ótica justificadora e como que “responsável” do projeto nacional. Com menos simpatia e mais acento na irresponsabilidade e na cegueira, pode-se dizer igualmente que os novos tempos desagregavam à distância o velho enquadramento rural, provocando a migração para as cidades, onde os pobres ficavam largados à disposição passavelmente absoluta das novas formas de exploração econômica e de manipulação populista.

Afastada de suas condições antigas, posta em situações novas e mais ou menos urbanas, a cultura tradicional não desaparecia, mas passava a fazer parte de um processo de outra natureza. A sua presença sistemática no ambiente moderno configurava um desajuste extravagante, cheio de dimensões enigmáticas, que expressava e simbolizava em certa medida o caráter pouco ortodoxo do esforço desenvolvimentista. Aliás, com a sua parte de simpatia e de tolerância, mas também de absurdo e de primitivismo, essa mescla do tradicional e do moderno se prestava bem para emblema pitoresco da identidade nacional. Por outro lado, é certo que o ritmo e a sociabilidade tradicionais lançavam por sua vez uma luz crítica sobre as pautas do progresso econômico dito “normal”, criando a presunção de que nas condições brasileiras a sociedade moderna seria mais cordial e menos burguesa que noutras partes.

Com a distância no tempo e a ampliação da perspectiva, entretanto, essa mesma mescla sofre mais outra vira-volta: deixa de funcionar como emblema nacional, para indicar um aspecto comum das industrializações retardatárias, passando a representar um traço característico da cena contemporânea tomada em seu conjunto.

Seja como for, o nacionalismo desenvolvimentista armou um imaginário social novo, que pela primeira vez se refere à nação inteira, e que aspira, também pela primeira vez, a certa consistência interna: um imaginário no qual, sem prejuízo das falácias nacionalistas e populistas, parecia razoável testar a cultura pela prática social e pelo destino dos oprimidos e excluídos. De passagem seja dito que a derrocada posterior das promessas daquele período não invalidou — ao menos não por completo — o sentimento das coisas que se havia formado, reflexo agora meio irreal de uma responsabilidade histórica, cujas derrotas assinalam outros tantos avanços da nova dessolidarização social.

Nascido na conjunção de mercado interno e industrialização, o ciclo desenvolvimentista adquiriu certo alento de epopéia patriótica a partir da construção de Brasília; o seu ponto de chegada seria a sociedade nacional integrada, livre dos estigmas coloniais e equiparada aos países adiantados. É um fato que nas próprias elites existia a convicção de que essa trajetória incluiria momentos de fricção com os interesses norte-americanos. Ocorre entretanto que no início dos anos 60 se foi firmando mais outra convicção, esta explosiva, segundo a qual a firmeza do antiimperialismo dependia de uma modificação na correlação de forças entre as classes sociais dentro do próprio país. O nacionalismo só alcançaria os seus objetivos se fosse impulsionado pelo acirramento da luta de classes. Começava a radicalização social que seria cortada em 64 pelo golpe militar.

Noutras palavras, surgia a consciência de que a exploração de classe no plano interno e as grandes desigualdades na ordem internacional se alimentavam reciprocamente e que era necessário enxergar as duas em conjunto. Pouco tempo depois Glauber Rocha formularia a sua “estética da fome”, na qual reivindicaria a feiúra e miséria do Terceiro Mundo, mas para lançá-las à cara dos cinéfilos europeus, *como parte do mundo deles*, ou melhor, *como um momento significativo do mundo contemporâneo*, e não mais como um exotismo próprio a regiões distantes ou a sociedades atrasadas. Por aqueles mesmos anos foi elaborada a Teoria da Dependência, que estudava o vínculo de estru-

tura entre a ordem mundial e as distintas situações de subdesenvolvimento. Como se vê, foi um momento forte de tomada de consciência contemporânea, nacional e de classe, que se traduziu por uma notável desprovincianização do pensamento. Não foi por acaso que o Cinema Novo, a Teoria da Dependência ou a obra de Celso Furtado tiveram a repercussão internacional que tiveram. À guisa de contraprova, note-se como a perda desse dinamismo devolveu a cultura do país à sua irrelevância tradicional, da qual hoje todos sofremos.

Com o golpe de 64 a dimensão democratizante do processo chegava a seu fim. Mas não o próprio nacionalismo desenvolvimentista, que depois de uma curta interrupção — um momento inicial de submissão direta aos interesses norte-americanos — voltava e até se intensificava, agora sob direção e com características de direita. A tal ponto que uma fração da intelectualidade, mais desenvolvimentista e antiimperialista que democrática, acompanhou com certa simpatia o projeto dos generais de transformar o Brasil numa grande potência. O ciclo chegou ao fim com os dois choques do petróleo, a crise da dívida e sobretudo com os novos saltos tecnológicos e a globalização da economia, que somados levantaram uma muralha e transformaram a paisagem. Nos anos 80 ficava claro que o nacionalismo desenvolvimentista se havia tornado uma idéia vazia, ou melhor, uma idéia para a qual não havia dinheiro. Nas novas condições de tecnologia, as inversões necessárias para completar a industrialização e a integração social do país se haviam tornado tão astronômicas quanto inalcançáveis. O nacional-desenvolvimentismo entrava em desagregação — e começava o período contemporâneo, que para os efeitos deste seminário poderíamos chamar de “nosso fim de século”.

Como estamos entre críticos literários, é interessante notar que a realidade começava a se parecer com a filosofia, no caso, com a terra movediça postulada pelo desconstrucionismo. O processo da modernização, com dinamismo próprio, longo no tempo, com origens e fins mais ou menos tangíveis, não se completou e provou ser ilusório. Nessas circunstâncias, a desestabilização dos sujeitos, das identidades, dos significados, das teleologias — especialidades enfim do exercício de leitura pós-estruturalista — adquiriu uma dura vigência prática. Assim, o desenvolvimento nacional pode não ter sido nem desenvolvimento nem nacional, nem muito menos uma epopéia. O motor da industrialização patriótica esteve na Volkswagen e os esforços de integração da

sociedade brasileira resultaram num quase-*apartheid*. A burguesia nacional aspirava à associação com o capital estrangeiro, que lhe parecia mais natural que uma aliança com os trabalhadores de seu país, os quais por sua vez também preferiam as empresas de fora. O que parecia acumulação se perdeu ou não serviu aos fins previstos. A verificação recíproca e crítica entre as culturas tradicional e moderna não se deu, ou melhor, deu-se nos termos lamentáveis das conveniências do mercado. Etc. etc.

Entre parênteses, não custa observar que as idéias de Derrida chegaram ao Brasil antes que se instalasse esse clima. Recordo um ensaio do amigo Silvano Santiago, aqui presente, que data de 1971, cujo horizonte ainda era outro, anterior à desmobilização, e aliás bastante pior. Naquela oportunidade a desconstrução servia como objeção ao paroxismo autoritário da ditadura, assim como à rigidez da esquerda envolvida na luta armada. Incluía também um ligeiro toque de reivindicação latino-americanista ao questionar o primado do centro sobre a periferia, o que talvez fosse um modo paradoxal de dar continuidade ao nacionalismo do período anterior.² Silvano me corrigirá se for o caso.

Voltando contudo ao argumento, a desintegração do projeto desenvolvimentista deixou por terra um conjunto impressionante de ilusões. Procurei indicar a afinidade que existe entre essa desautorização maciça de uma experiência histórica e o teor de ambigüidade que a nova crítica injetou nas categorias históricas tradicionais. Tanto que a desconstrução filosófica, apesar do esoterismo, chega a parecer uma descrição vulgarmente empírica de notórios equívocos e desenganos contemporâneos. Contudo, basta pensar um pouco mais concretamente naquela desintegração para lhe notar a materialidade prática, um peso de catástrofe real que não se compagina com o estatuto apenas discursivo da crítica filosófica e de seu objeto.

Assim, por exemplo, o desenvolvimentismo arrancou populações a seu enquadramento antigo, de certo modo as liberando, para as reenquadrar num processo às vezes titânico de industrialização nacional, ao qual a certa altura, ante as novas condições de concorrência econômica, não pôde dar prosseguimento. Já sem terem para onde voltar, essas populações se encontram numa condição histórica nova, de *sujeitos*

(2) Silvano Santiago, “O entre-lugar do discurso latino-americano”, in *Uma literatura nos trópicos*, São Paulo, Perspectiva, 1978.

monetários sem dinheiro, ou de ex-proletários virtuais, disponíveis para a criminalidade e toda sorte de fanatismos. Passando ao esforço nacional de acumulação, o que se vê são sacrifícios fantásticos para instalar usinas atômicas que nunca irão funcionar, estradas que não vão a parte alguma, ferrovias imensas entregues à ferrugem, edificações-fantasmas que entretanto não se desmancham com as ilusões ou negociatas que as tiraram do nada. Que fazer com elas? Inclusive o crescimento da universidade pode ser visto em termos análogos. Digamos então que os resultados da ilusão são fatos sociais efetivos.

Um estudioso alemão da modernização, Robert Kurz, de quem emprestamos as fórmulas, os argumentos e exemplos do parágrafo anterior, chama “pós-catastróficas” as sociedades que se mobilizaram a fundo para o desenvolvimento industrial e não o conseguiram viabilizar.³ O “colapso da modernização”, que consiste exatamente na seqüência de arregimentação profunda e fracasso, para o autor já é um fato nestas sociedades, ao passo que a normalidade passou a não ser mais que um verniz. Noutras palavras, a falência do desenvolvimentismo, o qual havia revolvido a sociedade de alto a baixo, abre um período específico, essencialmente moderno, cuja dinâmica é a desagregação. Se for assim, o que está na ordem do dia não é o *abandono* das ilusões nacionais, mas sim a sua *crítica especificada*, o acompanhamento de sua desintegração, a qual é um dos conteúdos reais e momentosos de nosso tempo.

Considerada desse ângulo, aliás, a desintegração nacional não é uma questão nacional, e sim um aspecto da inviabilização global das industrializações retardatárias, ou seja, da impossibilidade crescente, para os países atrasados, de se incorporarem enquanto nações e de modo socialmente coeso ao progresso do capitalismo. As fragmentações locais são o avesso do avanço contemporâneo e de seu curso cada vez mais destrutivo e unificado. (Assim, o discurso desconstrucionista sobre os preconceitos e enganos embutidos na idéia abstrata de nação tem pouca relevância e passa à margem do processo efetivo. A presente desintegração nacional é uma realidade material da história contemporânea, e a distância que separa as suas condicionantes técnico-econômicas dos trocadilhos filosóficos em moda, talvez já ex-moda, é patética.)

(3) Robert Kurz, *O colapso da modernização*, São Paulo, Paz e Terra, 1992.

Esse prisma tem interesse também para o fundo do debate intelectual brasileiro. A partir da Independência, este último deve a sua inspiração à tarefa inconclusa da formação nacional, à qual se vincula o imperativo de participar da modernidade — um imperativo com aceitação geral.⁴ Com o ciclo desenvolvimentista a questão adquire as feições de hoje: trata-se de industrializar o país, trazendo a população rural a formas incipientes de trabalho assalariado e cidadania, de consumo e cultura atuais, a fim de equipará-lo ao progresso do mundo. A reflexão a esse respeito costuma tomar caráter diferencial: em quais pontos e por que razões — devidas ao passado colonial — o país discrepa da norma civilizada? De certa maneira, apesar dos obstáculos, o sentimento de modernidade que corresponde a tal reflexão não é muito aflito nem problemático, pois a modernidade no caso se apresenta como estável, à espera e ao alcance da mão, além de encarnada positivamente nas nações que nos servem de modelo. Se já no século passado soubemos trocar a escravidão pelo trabalho mais ou menos livre, nada parece impedir agora que a elite se auto-reforme e passe do clientelismo à conduta racional, do mandonismo à cidadania, da corrupção à virtude republicana, do protecionismo à livre concorrência etc., quando então faremos parte digna do concerto das nações evoluídas.

Entretanto, se historicizarmos a modernização, como é necessário, e a tomarmos não como coleção de normas abstratas, à disposição geral, mas como processo mundial efetivo, com seu desenho real, onde possivelmente não haja lugar para nós, e muito menos para todos, desestabilizaremos aquelas esperanças. Contrariamente ao que diz a ideologia — como bem observa Kurz — o mercado não é para todos. De passagem fica claro quanto era estreita e provinciana a nossa idéia de modernização, para a qual o problema não estava na marcha do mundo, mas apenas em nossa posição relativa dentro dela. Se é verdade que a modernização tomou um rumo que não está ao alcance de nossos recursos, além de não criar o emprego e a cidadania prometidos, como ficamos? *O que pensar dela?* O mito da convergência providencial entre progresso e sociedade brasileira em formação (ou latino-americana) já não convence. E se a parte da modernização que nos tocou for

(4) Antonio Candido, “Uma literatura empenhada”, in *Formação da literatura brasileira*, São Paulo, Martins, 1969, vol. I.

esta mesma dissociação agora em curso, fora e dentro de nós? E quem somos *nós* nesse processo?

As sociedades que não alcançaram a integração moderna são afetadas de modo diferenciado pela nova ordem global. No Brasil corremos o risco de ver reprisado o desastre da Abolição, quando os senhores, ao se modernizarem, se livraram dos escravos e os abandonaram à sua sorte. É sabido que o novo padrão competitivo, íngreme em face das realidades da vida popular, se compõe à maravilha com o nosso des-caso secular pelos pobres. Em seu “despreparo”, estes estão deixando de interessar até como força de trabalho quase gratuita. Passou o tempo em que incorporá-los parecia um imperativo econômico. Diante das novas tendências estruturais, mais segmentadoras que integradoras, com as suas desqualificações sociais duras e sobretudo o desemprego tecnológico, não será fácil as elites decidirem e entenderem, até para uso particular, em que consiste ser parte de um país ou governá-lo. Só por coração cristão ou deformação esquerdista antiga os cidadãos da faixa atualizada, aliás policlassista, sentirão afinidade com os que sobraram. O divórcio entre economia e nação é uma tendência cujo alcance ainda mal começamos a imaginar. A pergunta não é retórica: o que é, o que significa uma cultura nacional que já não articule nenhum projeto coletivo de vida material, e que tenha passado a flutuar publicitariamente no mercado por sua vez, agora como casca vistosa, como um estilo de vida simpático a consumir entre outros? Essa estetização consumista das aspirações à comunidade nacional não deixa de ser um índice da nova situação também da... estética. Enfim, o capitalismo continua empilhando vitórias.

“CIDADE DE DEUS”

O romance de estréia de Paulo Lins, um catatau de quinhentas e cinquenta páginas sobre a expansão da criminalidade em Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, merece ser saudado como um acontecimento. O interesse explosivo do assunto, o tamanho da empresa, a sua dificuldade, o ponto de vista interno e diferente, tudo contribui para a aventura artística fora do comum. A literatura no caso foi levada a explorar possibilidades robustas, que pelo visto existem.

Para indicar os novos tempos, o autor fala em “neofavela”, por oposição à favela em acepção antiga, que foi reformada pela guerra entre os traficantes de droga e pela correspondente violência e corrupção da polícia. É este o processo que o romance recria, numa escala numerosa, com algo de enciclopédia, que lembra as grandes produções de cinema sobre o gangsterismo.

No parágrafo de abertura, que é sutil, encontramos as pautas clássicas da vida popular brasileira, em toda a sua graça. Enquanto divide o baseado com um amigo, Barbantinho sonha com o futuro. Quer ser um salva-vidas com bom preparo físico. Não um desses relaxados, que por falta de exercício deixam o mar levar as pessoas. Até mesmo depois do expediente o menino cuidaria da forma, aproveitando o percurso entre a praia e sua casa para correr. “O certo era malhar sempre, alimentar-se bem, nadar o máximo possível.” Em boa paz e sem susto para a consciência, o pé na irregularidade convive com a disposição prestativa, a ambição modesta, o respeito aos conselhos de quem sabe, o horário de trabalho, a atualização com o figurino em matéria de saúde, além da proteção de Iemanjá. Acresce que o pai e o irmão de Barbantinho